



**PROCEDIMENTO SELETIVO
PARA RECRUTAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

EDITAL Nº 01/2020

A **COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO DOS ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, designada pela Resolução nº 127 de 18 de junho de 2020, no uso de suas atribuições, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008 e do Decreto nº 4.629/2020, resolve instaurar Processo Seletivo para contratação de estagiários de pós-graduação, observadas as disposições constantes neste edital.

1. DAS INSTRUÇÕES GERAIS

- 1.1. O processo seletivo será regido por este Edital de Abertura e seus anexos.
- 1.2. O processo seletivo de estágio não obrigatório remunerado destina-se ao preenchimento de vaga(s) e/ou formação de cadastro de reserva nas Procuradorias Especializadas abaixo relacionadas, a estudantes de pós-graduação do curso de Direito, em Instituições de Ensino que possuam convênio vigente com o Estado do Paraná, através da Secretaria Estadual de Administração e Previdência - SEAP/PR.
 - 1.2.1. GRUPO I – GRUPO ADMINISTRATIVO
 - 1.2.1.1. **1 (uma) vaga de ampla concorrência** na **Procuradoria Administrativa (PGE/PRA)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.1.2. **1 (uma) vaga de ampla concorrência** na **Procuradoria do Patrimônio (PGE/PRP)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.1.3. **1 (uma) vaga de ampla concorrência** na **Procuradoria da Saúde (PGE/PRS)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.1.4. **1 (uma) vaga de ampla concorrência** na **Assessoria Técnica de Gabinete (PGE/ATJ)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.2. GRUPO II – GRUPO FISCAL
 - 1.2.2.1. **1 (uma) vaga de ampla concorrência** e **1 (uma) vaga destinada a pessoas com deficiência (PcD)** na **Procuradoria da Dívida Ativa (PGE/PDA)** e formação de cadastro de reserva.
 - 1.2.2.2. **1 (uma) vaga de ampla concorrência** na **Procuradoria do Contencioso Fiscal (PGE/PCF)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.2.3. **1 (uma) vaga de ampla concorrência** na **Procuradoria de Sucessões (PGE/PSU)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.3. GRUPO III – GRUPO FUNCIONAL
 - 1.2.3.1. **2 (duas) vaga de ampla concorrência** na **Procuradoria Funcional (PGE/PRF)** e formação de cadastro de reserva.
 - 1.2.3.2. **1 (uma) vaga de ampla concorrência** na **Procuradoria de Previdência Funcional (PGE/PPF)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.3.3. **2 (duas) vagas de ampla concorrência** na **Procuradoria de Ações Coletivas (PGE/PAC)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.3.4. **2 (duas) vagas de ampla concorrência** na **Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos (PGE/PCRH)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.4. GRUPO IV – GRUPO CONSULTIVO



- 1.2.4.1. **2 (duas) vagas de ampla concorrência e 2 (duas) vagas destinadas a pessoas com deficiência (PcD) na Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços (PGE/PRC)** e formação de cadastro de reserva.
 - 1.2.4.2. **1 (uma) vaga de ampla concorrência na Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia (PGE/PCO)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.4.3. **2 (duas) vagas de ampla concorrência na Procuradoria Consultiva de Matéria Residual (PGE/PCR)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.5. GRUPO V – GRUPO TRABALHISTA
 - 1.2.5.1. **2 (duas) vagas de ampla concorrência na Procuradoria Trabalhista (PGE/PRT)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.6. GRUPO VI – GRUPO DE EXECUÇÕES
 - 1.2.6.1. **1 (uma) vaga de ampla concorrência na Procuradoria de Execuções, Precatórios e Cálculos (PGE/PRE)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.6.2. **2 (duas) vagas de ampla concorrência na Procuradoria de Honorários da Gratuidade da Justiça (PGE/PHG)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.7. GRUPO VII - GRUPO RECURSAL
 - 1.2.7.1. **2 (duas) vagas de ampla concorrência na Coordenadoria de Recursos (PGE/CRR)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.2.8. GRUPO VIII – GRUPO AMBIENTAL
 - 1.2.8.1. **1 (uma) vaga de ampla concorrência na Procuradoria Ambiental (PGE/PAM)** e formação de cadastro de reserva;
 - 1.3. O candidato que se inscrever em mais de uma Procuradoria Especializada do mesmo Grupo, terá somente a última inscrição validada.
 - 1.4. O cadastro de reserva será formado pelos candidatos aprovados visando o eventual preenchimento de vagas que surjam durante a vigência deste certame.
 - 1.5. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar da publicação do Edital de Classificação Final, não podendo ser prorrogado.
 - 1.6. Poderá participar do processo seletivo o estudante que atender todas as exigências contidas no Decreto Estadual nº 4629/2020 e cujo curso de pós-graduação possua pertinência com a área de estágio pretendida.
 - 1.7. A Procuradoria-Geral do Estado destinará 10% (dez por cento) do total de vagas de estágio de pós-graduação a pessoas com deficiência (PcD), nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 11.788/2008, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei Estadual nº 18.419/2015.
 - 1.7.1. O preenchimento das vagas destinadas a pessoas com deficiência (PcD) considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
 - 1.7.2. As vagas que eventualmente não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
- 2. DO ESTÁGIO**
- 2.1. A jornada de atividade em estágio de pós-graduação será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais e deverá ser compatível com as atividades escolares.
 - 2.2. O valor da bolsa-auxílio mensal será de R\$ 2.132,14 (dois mil, cento e trinta e dois reais e quatorze centavos).
 - 2.2.1. Será considerada, para efeito de cálculo do pagamento da bolsa auxílio, além da carga horária estabelecida em Termo de Compromisso de Estágio, a frequência mensal efetivamente realizada pelo estagiário.



- 2.3. O estagiário fará jus ao recebimento de vale transporte.
- 2.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais.
- 2.5. O período de estágio terá duração máxima de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de Pessoas com Deficiência (PcD), situação excepcional em que o estágio poderá ser realizado até conclusão de sua formação.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
- 3.2. Para se inscrever o candidato deverá realizar cadastro no endereço eletrônico da Central de Estágios do Paraná (www.centraldeestagio.pr.gov.br) e inscrição para a vaga ofertada.
- 3.3. As inscrições estarão disponíveis até o 15º (décimo quinto) dia, contados a partir da publicação deste edital no Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE, sendo considerada como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.
- 3.4. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado ou reaberto a critério da Administração.
- 3.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente Edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo a Procuradoria-Geral do Estado, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
- 3.6. Serão indeferidas as inscrições de candidatos, cujo curso não guarde qualquer relação com a área de atuação da vaga ofertada, em conformidade com o item 3.5 do presente Edital.
- 3.7. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no formulário de cadastro, na Central de Estágio, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999, especificando a sua deficiência.
- 3.8. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá declará-lo no formulário de Cadastro, da Central de Estágio, no campo "Observação Deficiência", para que sejam tomadas as providências cabíveis com antecedência.
- 3.9. A Procuradoria-Geral do Estado não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, não decorrentes da estrutura da Procuradoria-Geral do Estado.

4. DAS PROVAS

- 4.1. Este processo seletivo consistirá na aplicação de Prova escrita.
 - 4.1.1. A Prova conterà 30 (trinta) questões de natureza objetiva de múltipla escolha com valor de 30 (trinta) pontos, conforme conteúdo programático constante no ANEXO I.
- 4.2. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de edital que especificará as medidas de prevenção ao Coronavírus.
- 4.3. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.



ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Comissão de Estágio de Pós-graduação
Resolução PGE 127 - 18 de Junho de 2020

- 4.4. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado.
- 4.5. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e documento oficial de identificação original, com foto atual.
- 4.6. Somente será admitido o ingresso de candidatos previamente cadastrados na Central de Estágio para a(s) vaga(s) deste Edital.
- 4.7. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
- 4.8. O tempo de realização da prova escrita será de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
- 4.9. Não será permitido ao candidato utilizar qualquer meio de consulta durante a realização das provas.
- 4.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
- 4.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida, observado o disposto no item 3.8.
- 4.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
 - 4.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
 - 4.12.2. utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

5. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 5.1. A classificação final do processo seletivo considerará as maiores pontuações obtidas na prova escrita, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 30 (trinta) pontos, ou seja, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento total, limitada ao número previsto de vagas e de formação do cadastro de reserva nos termos do item 1.2.
- 5.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE e no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado.
- 5.3. Ocorrendo empate na pontuação final obtida pelos candidatos, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:
 - 5.3.1. ter idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
 - 5.3.2. maior idade, superado o critério definido item anterior.
- 5.4. Poderá ser exigida ao candidato a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
- 5.5. O resultado final do concurso será divulgado por meio de listagem geral, na qual constarão os nomes dos candidatos aprovados de ampla concorrência e PcD, em ordem decrescente das notas finais.



6. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

- 6.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
- 6.1.1. idade mínima de vinte e um anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
 - 6.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
 - 6.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral mediante a apresentação do título de eleitor;
 - 6.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
 - 6.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, a ser aferida pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
 - 6.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitidos em até 30 (trinta) dias;
 - 6.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, a Procuradoria-Geral do Estado e a instituição de ensino;
 - 6.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
 - 6.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto nº 4.629/2020, bem como estar ciente da impossibilidade de iniciar ou continuar as atividades sem a devida formalização do estágio, por meio de declaração escrita;
 - 6.1.10. ser portador de diploma de curso superior ou apresentar o certificado de conclusão da graduação, acompanhado do histórico escolar.

7. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

- 7.1. A unidade administrativa será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
- 7.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
- 7.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
- 7.4. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.



- 7.4.1. Na falta do laudo médico, ou não contendo as informações acima indicadas, o candidato integrará a listagem geral.
- 7.5. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
- 7.6. É indispensável à admissão, quando do chamamento, a entrega ao Grupo Setorial de Recursos Humanos (PGE/GRHS) de toda documentação, correta e atualizada, sendo todos os documentos obrigatórios.

8. DAS VEDAÇÕES

- 8.1. É vedado firmar Termo de Compromisso com estudante que:
 - 8.1.1. ocupe cargo, emprego ou função remunerada nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de quaisquer esferas ou Poderes;
 - 8.1.2. seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, de Procurador do Estado ou servidor lotado na Procuradoria-Geral investido em cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento;
 - 8.1.3. prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- 8.2. O estagiário de pós-graduação inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil deverá licenciar-se para iniciar suas atividades.
- 8.3. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
 - 8.3.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
 - 8.3.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso.
- 8.4. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
 - 8.4.1. sem a devida formalização do estágio, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site da Central de Estágio;
 - 8.4.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontração;
 - 8.4.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso.

9. DA DESCLASSIFICAÇÃO

- 9.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
 - 9.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
 - 9.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
 - 9.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
 - 9.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
 - 9.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto nº 4.629 e no Edital



de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

- 9.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
- 9.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
- 9.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 3º, da Lei Federal nº 11.788/2008.
- 10.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
- 10.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado.
- 10.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado.
- 10.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
- 10.5. A Procuradoria-Geral do Estado se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
- 10.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo dos Estagiários de Pós-graduação da Procuradoria-Geral do Estado.

Julio Cesar Zem Cardozo
Procurador do Estado do Paraná
Presidente da Comissão Res. 127/2020-PGE

Alex Yoshio Sugayama
Procurador do Estado do Paraná

Daniel Matos Martins
Procurador do Estado do Paraná



ANEXO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- I. GRUPO I – GRUPO ADMINISTRATIVO
Direito Constitucional;
Direito Administrativo;
Direito Processual Civil.

- II. GRUPO II – GRUPO FISCAL
Direito Constitucional;
Direito Administrativo;
Direito Tributário;
Direito Processual Civil;
Direito Civil.

- III. GRUPO III – GRUPO FUNCIONAL
Direito Constitucional;
Direito Administrativo;
Direito Processual Civil.

- IV. GRUPO IV – GRUPO CONSULTIVO
Direito Constitucional;
Direito Administrativo.

- V. GRUPO V – GRUPO TRABALHISTA
Direito Constitucional;
Direito Administrativo;
Direito do Trabalho;
Direito Processual do Trabalho;
Direito Processual Civil.

- VI. GRUPO VI – GRUPO DE EXECUÇÕES
Direito Constitucional;
Direito Administrativo;
Direito Processual Civil.

- VII. GRUPO VII – GRUPO RECURSAL
Direito Constitucional;
Direito Processual Civil.

- VIII. GRUPO VIII – GRUPO AMBIENTAL
Direito Constitucional;
Direito Administrativo;
Direito Processual Civil;
Direito Ambiental.